

**Por Rodrigo Stumpf Gonzalez,
professor do programa de pós-graduação em ciência política da UFRGS**

De uma forma geral, se dependesse dos programas depositados no TSE como currículo, provavelmente o cargo de Prefeito de Porto Alegre ficaria vago.

Do ponto de vista da editoração, apenas o de Juliana Brizola para ser produto de um trabalho profissional na produção visual. Todos os demais têm a característica do feito em casa. Nos casos da Manuela e Melchionna, falta até uma capa com algum tipo de identidade visual. Fica até difícil saber a que partido pertencem (no caso da Manuela não há nenhuma referência ao seu partido ou ao do vice) Neste ponto, PCO e PSTU fazem questão de mostrar o símbolo do partido.

Quanto ao conteúdo, a maioria tem textos curtos, entre 20 e 35 páginas. PSOL e PV são as exceções, com mais de 100 páginas. Porém, o programa do PV é ilegível, parece que ao colar as sugestões, não deu tempo de editar.

Alguns fazem questão de apresentar o currículo dos candidatos. Mas falta um padrão, com listas de cargos e prêmios, sem qualquer informação de como isto contribuir para o exercício do cargo a que concorrem. Em alguns casos, há espaço demais para currículo e pouco para propostas.

Quanto ao conteúdo, na maior parte dos casos há uma lista de propostas, dividida por grandes áreas, como saúde, educação e transporte. Falta uma integração do proposto com uma visão ideológica mais geral. O único que faz isto é o PCO. Porém, em tal nível de abstração que o que falta é a relação com o mundo concreto. Neste caso sobra ideologia e falta a discussão da cidade.

O programa do PSOL é um pouco mais equilibrado, apresentando um texto de avaliação antes de concluir cada tópico com uma lista de propostas.

Mas as avaliações em geral são subjetivas, não são baseadas em dados e não trazem informação sobre custos e capacidade de implantação. O PV vai no sentido contrário. Pega os dados do orçamento de 2021, mas se limita a discutir os gastos do primeiro ano de governo.

O grande problema dos programas em geral é que são listas de propostas genéricas, sem discussão de como serão implementadas e, em geral, contraditórias entre si, tendo em vista o limite de gastos.

Não há uma visão mais geral que discuta uma integração das áreas em torno de uma concepção de administração.

Tomados de forma isolada, todos os programas trazem propostas boas, importantes para enfrentar problemas da cidade. Alguns partidos dão mais espaço para temas identitários e outros para o aspecto econômico, mas, fora o PCO, todos fazem lista de desejos, mais do que propostas concretas.

Para uma eleição municipal, o tema identitário parece sobredimensionado, inclusive por conta da limitação das políticas municipais. Me parece resultado ainda da divisão da última eleição presidencial.

Pela leitura dos programas é difícil saber o que realmente pretendem fazer os candidatos. Todos querem mais saúde, mais educação e combater os resultados da Covid-19 na economia.

Os partidos mais à esquerda, como PCdoB, PSOL, PSTU dão ênfase a mecanismos de participação. PSDB, PP, PSDB dão ênfase a uma visão mais tecnocrática.

Em relação às tuas questões, quase todos tem discutem as questões mais urgentes (fora o PCO, cuja questão é a revolução), porém as propostas em geral são listas genéricas, sem discussão de como serão implementadas.

Quanto maior o programa, maior o excesso.

Não vi uma proposta prática para finanças. Cobrar os grandes devedores parece óbvio, mas basta conversar com um procurador do município que atua na área fazendária para saber que não é tão fácil e a justiça é lenta. Todos querem uma passagem mais barata, mas os problemas fundamentais de modernização do sistema de transporte não são enfrentados diretamente. Mantemos a velha dualidade, para uns a culpa e do excesso de gratuidade, para outros são os empresários que ganham demais. Mas as soluções são genéricas. Em alguns casos, mirabolantes, como a criação de um aplicativo local pela prefeitura para concorrer com o Uber.

Embora isoladamente muitas propostas sejam meritórias, não creio que nenhum dos candidatos sobreviveria a uma sabatina de como elas vão ser implantadas e com que recursos.

O depósito do programa de governo é apenas mais um dos anacronismos de nosso sistema de justiça eleitoral, que ainda acredita que uma eleição é um debate de ideias e propostas para o convencimento racional do eleitor de quem defende o que é melhor para a cidade. Este modelo de campanha desapareceu há 100 anos. E pelos textos, pode se ver que os partidos não levam isto a sério.